



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FABRICIA EVELLYN ARAÚJO MEDEIROS

**AS NOVAS TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS E SUAS “RESSONÂNCIAS” NA
PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ANÁLISE DE ALGUMAS
COLEÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

FABRICIA EVELLYN ARAÚJO MEDEIROS

**AS NOVAS TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS E SUAS “RESSONÂNCIAS” NA
PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ANÁLISE DE ALGUMAS
COLEÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Graduada.

Orientador: Prof. Dr. José Adilson Filho

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M488n Medeiros, Fabrícia Evellyn Araújo

As novas tendências historiográficas e suas “ressonâncias” na produção do livro didático de história: análise de algumas coleções do ensino fundamental e médio [manuscrito] / Fabrícia Evellyn Araujo Medeiros. - 2017.

45 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. José Adilson Filho, Departamento de História".

1. Ensino de história 2. Livros didáticos 3. Ensino médio 4. Ensino fundamental I. Título.

21. ed. CDD 372.9

FABRICIA EVELLYN ARAÚJO MEDEIROS

**AS NOVAS TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS E SUAS “RESSONÂNCIAS” NA
PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ANÁLISE DE ALGUMAS
COLEÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do grau
de Graduada.

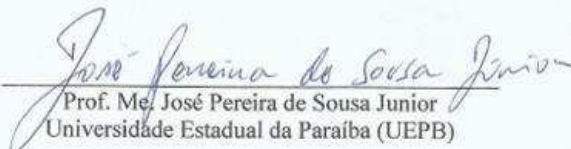
Área de Concentração: Ensino de História

Aprovada em: 10/08/2017.

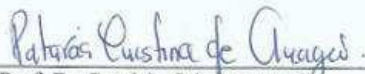
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Adilson Filho (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José Pereira de Sousa Junior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Patrícia Cristina Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

É de todo necessário, de extrema e fundamental importância em qualquer atividade que chegamos a desenvolver em nossa vida, seja ela pessoal, acadêmica ou profissional reconhecer todos aqueles que de uma forma ou de outra nos ajudaram de alguma maneira. Ninguém chega a nenhum lugar sozinho, se não recebêssemos a ajuda de alguém desde o nosso primeiro dia de vida, nem estaríamos vivos.

E eis que estou aqui para agradecer a todos aqueles que tiveram grande importância na minha vida, e principalmente a partir do segundo semestre de 2012 quando minha jornada durante o curso de História começou e me permitiu conhecer novas pessoas, colegas de curso e professores que contribuíram sem medidas para a pessoa que sou hoje, socialmente e intelectualmente, principalmente para desenvolver uma profissão tão importante que é ser professor.

Primeiramente não há palavras para agradecer a meus pais Fábio Simões de Medeiros e Evaneide Araújo de Medeiros, que me darem o dom da vida, foram verdadeiros PAIS, nunca me deixando faltar nada e fazendo sempre o possível para me dar a melhor educação que podiam tanto familiar quanto escolar. Agradeço a vocês todo carinho, todo amor, toda dedicação e apoio possível em todas decisões que tomei em minha vida. Assim também como a minha vó, Rosa Herculano (in memória) que sempre esteve comigo e hoje só me resta a saudade.

Dedico este trabalho a meu amor, meu eterno companheiro. Quando iniciei o curso de História tínhamos apenas alguns meses de namoro, hoje estamos casados. Quantas coisas aconteceram até aqui e desde o início você sempre esteve me apoiando e me dando força em tudo. Meu muito obrigado Flávio Santos Oliveira.

Agradeço imensamente a meu grande professor, um mestre de excelência, José Adilson Filho, que dá um show de inteligência e de humildade. Me orientou desde o início quando fui sua aluna no programa de monitoria, do grupo de estudos sobre a Nova História Política, das disciplinas de Historiografia, de Métodos e Técnicas de Pesquisa e no PIBIC, projeto que me deu muito suporte e conhecimento, me ajudando inclusive no desenvolvimento de outras disciplinas do curso e na prática de ensino em sala de aula, e sendo inclusive tema do qual este trabalho monográfico é fruto. Meu muito obrigado professor por ter me guiado até aqui.

E não poderia deixar de agradecer a todos os colegas de turma que juntos partilharam comigo vários momentos, passamos muito sufoco, mais também foram muitos aniversários comemorados, muitas festas juninas, finais de ano e encerramento de semestre. Meu muito obrigado mais que especial também vai para Amelia Diniz, Juliana Nascimento e Renan Oliveira, amigos inesquecíveis cultivados até hoje, foram muitos seminários, provas, alguns eventos acadêmicos e também muitas risadas ao longo nesses anos, fruto da boa companhia que são vocês.

Agradeço imensamente a professora Luíra, excelente mestre e pessoa, que desenvolveu com nossa equipe: Erica, Fátima, Marciel, Leticia e Jones o projeto Inventário do Patrimônio Cultural: uma construção coletiva, na cidade de Pocinhos. E agradeço aos professores que estão lendo e me ajudando para o melhoramento deste trabalho, o professor José Pereira de Sousa Junior e a Professora Patrícia Aragão. Por fim, meu muito obrigada a todos os professores do curso de História que me ajudaram a qualificar-me nesta minha escolhida profissão, e continuarão me ajudando nas bancas, seminários e palestras da vida.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a aproximação entre o campo do ensino de história e os debates suscitados pela emergência de uma nova historiografia trabalhada a partir do fim do século XIX e mais intensamente no início do século XX. Tomamos como ponto de partida uma breve análise da História Cultural e da História Social para então analisarmos algumas produções das coleções dos livros didáticos de História dos últimos anos, e, como estes campos referentes a nova historiografia tem chegado aos livros didáticos de história de ensino fundamental e médio. De que maneira temáticas como a história do cotidiano, das mulheres, as histórias da infância, do imaginário, da vida privada, do medo, do amor, da alimentação, do regionalismo, saem então da academia para chegarem até os professores do ensino básico? Tais análises nos permitem tecer um breve panorama do atual ensino e das propostas curriculares que almejam um ensino de história cada vez mais significativo condizente com as crescentes discussões acadêmicas para um ensino de história cada vez mais renovado e significativo. Pois a priori, temos a sensação de uma enorme descontinuidade entre os conhecimentos produzidos na academia e o que fazem os professores do ensino médio e fundamental de escolas públicas e privadas. Procuramos investigar sobretudo os materiais didáticos, estes que buscam reunir uma sequência de conteúdos a serem transmitidos para os alunos, e ainda consistem como verdadeiros manuais para os professores que muitas vezes o utilizam como único material de aporte teórico e metodológico. É importante investigar como os livros didáticos estão sendo produzidos e quais temas eles estão abordando, para que possamos relacionar e interagir cada vez mais a escrita acadêmica com o trabalho dos professores do ensino básico de história. Perceber e problematizar esta relação nos faz compreender os limites e possibilidades almejados pelo ensino de história na formação de alunos como sujeitos socialmente críticos e éticos, assim como a qualidade da formação docente, visto que, a cada ano são formados milhares de historiadores e professores de história, e são estes mesmos que irão atuar nas escolas de ensino básico. Para analisar esta proposta será necessário a leitura de alguns autores importantes que trabalham com a história Cultural, com a História Social e com as temáticas da história da educação, além de uma análise bibliográfica referente as novas tendências historiográficas, e da análise das próprias coleções de livros didáticos de autores e editoras diferentes.

Palavras Chave: História Cultural. História Social. Análise de Livros didáticos.

ABSTRACT

The objective of this research is to discuss the approximation between the history teaching field and the debates raised by the emergence of a new historiography developed since the end of 19th century and more intensely in the beginning of the 20th century. Our starting point is based on a brief analysis of Cultural History and Social History so that we are able to analyze some production of History textbooks collections from recent years, and also, how these fields that are related to a new historiography have been presented in the History textbooks to elementary and high school levels. How the themes related to the history of daily life, women, history of childhood, imaginary, private life, fear, love, feeding and regionalism go from university atmosphere to the teachers of basic education? Those analyses enable us to provide a brief overview of the current teaching and curricular suggestions that aims at having a more meaningful History teaching which is suitable to the increasing academic discussions to a more renewed and significant History teaching. For *a priori* we sense that there are a enormous discontinuity between the knowledge produced in the academy and what the teachers of regular education do in both public and private elementary and high schools. We seek to investigate especially the didactic materials, which seek to gather a sequence of contents to be transmitted to the students, and also constitute as real manuals for the teachers who often use it as the only material of theoretical and methodological support. It is important to investigate how the textbooks are produced and what themes they bring so that we can relate and promote the interaction between the academic knowledge and the work of elementary school teachers. To perceive and to problematize this relation helps us to understand the limits and possibilities that are defined by the teaching of History to the students' formation as individuals that are socially critical and ethical, besides the quality of teacher training, since each year thousands of historians and history teachers graduate, and they are the ones who go to the regular schools. To analyze this proposal it will be necessary to read some important authors that discuss about Cultural History, Social History and themes related to history of education, besides, it is necessary a bibliographical analysis concerning the new historiographic trends and the analysis of the own collections of textbooks from different authors and publishers.

Keywords: Cultural History. Social History. Textbooks analysis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OS CAMINHOS DA NOVA HISTÓRIA: A BUSCA POR NOVAS DIMENSÕES, NOVAS ABORDAGENS E NOVOS DOMÍNIOS	13
2.1- DE UMA HISTÓRIA POSITIVISTA A UMA HISTÓRIA TOTAL: UMA PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA REFLETIDA PARA SALA DE AULA.....	13
2.2- A HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA SOCIAL	18
3. O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO: RENOVAÇÕES E MUDANÇAS A PARTIR DA RECEPÇÃO DA NOVA HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XX.....	22
3.1- HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA: ALGUNS APONTAMENTOS.....	26
4. PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE ALGUMAS COLEÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6. REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal propósito, fazer uma reflexão histórica acerca dos principais impactos que algumas mudanças teóricas e metodológicas, no campo da disciplina de história tiveram sobre a produção do livro didático de História, bem como, sobre algumas práticas educativas no ensino fundamental e médio.

Discute-se então, de maneira contextualizada, algumas interferências que a produção do conhecimento acadêmico possibilitou na reelaboração de alguns temas que são de extrema importância na formação do indivíduo social, assim como, na quebra de conceitos e pré-conceitos que necessitam serem refletidos por professores e alunos nas salas de aula. Reflexão esta que só pode ser alcançada de maneira consciente, a partir da colaboração entre as práticas e vivências do conhecimento acadêmico juntamente com o conhecimento escolar.

Esta é uma lacuna que por muito tempo prevaleceu, e atualmente ainda vemos o quão perceptível nos apresenta a distância do que se discute e se produz na academia, e do tipo de história que é transmitida aos alunos do ensino fundamental e médio. Temas que mesmo sendo de uma nova tradição historiográfica, já ganham desde o século XX lugar de destaque em algumas produções acadêmicas, como, História das mulheres, História Indígena, História dos Negros, história do imaginário, ou do cotidiano, dando visibilidade ao papel decisivo das minorias nas transformações sociais.

No entanto, ampliado o campo de pesquisa dos historiadores, este novo horizonte de temáticas e de sujeitos da História não foram logo refletidos nos livros didáticos, estes, que na maioria das vezes são produzidos por historiadores acadêmicos filiados a essa nova tradição historiográfica, muito menos nas práticas educativas escolares. Este torna-se um questionamento dos profissionais da História, o por que, temas que ganham tanto privilegio de leituras e interpretações na academia não são nem sequer mencionados nos livros didáticos de História, este que é o principal, e muitas vezes o único instrumento de trabalho do professor.

Sendo assim enfatizamos a seguinte pergunta: se houveram tantas mudanças na pesquisa e na escrita histórica, o que foi incorporado pelo livro didático? Quais desses novos temas e sujeitos estão presentes nas páginas desses livros? Buscaremos desvendar as respostas a essas perguntas folheando as extensas páginas dos livros didáticos, e fazendo o exercício de identificar além das infinitas produções temáticas existentes, os temas que foram trabalhados em nossa própria formação acadêmica.

A historiadora Selva Guimarães Fonseca (1993), em sua prática educativa, partindo de evidências equivalentes ao que propomos no nosso trabalho e do qual também nos inspiramos,

questionou os limites e possibilidades de renovação do ensino de História, uma vez que os processos de produção e difusão desse conhecimento esbarram também nas diferentes relações do espaço de saber que é a escola, quando esta, juntamente com seus professores enfrentam em seu cotidiano a tarefa de criar também novas formas de trabalho com a História encarando inúmeras dificuldades diárias.

Neste sentido, este trabalho contribui em grande medida para os diversos professores de História que tecem questionamentos parecidos, ou incomodam-se com a tradicional História que é transmitida nas escolas de ensino básico, sejam elas de categoria pública ou privada. Uma História ensinada de modo distanciado da vida social de pais e alunos, uma História cristalizada por datas e fatos acontecimentos, a chamada história positivista, que começa a entrar em xeque durante o século XX.

Identificaremos através deste trabalho, os reflexos e influências da História Cultural e da História Social sobre os conteúdos e narrativas de algumas coleções de livros didáticos de História do ensino fundamental e médio. Uma vez que estes dois campos da História representam uma tendência dos saberes modernos a uma hiperespecialização do conhecimento, devido cada vez mais aos novos horizontes que não param de crescer abrindo novas possibilidades de conhecimento.

Destacaremos algumas coleções de livros didáticos de História, investigando nelas como alguns temas e sujeitos históricos do campo de estudo da nova História aparecem nos livros e nos conteúdos, e a maneira como são problematizados. Analisando também a formação acadêmica de cada um desses autores responsáveis pela elaboração destes livros e ainda o referencial teórico do qual eles dispõem para a elaboração deste trabalho, que reflete diretamente em suas particulares tradições historiográficas.

Tais apontamentos serão analisados na coleção de ensino Fundamental: “**Saber e Fazer História**”, escrita pelos historiadores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, e na coleção de ensino médio “**História**” organizada pelos autores Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, ambas da editora Saraiva.

Para tanto, tal análise só se faz possível através da utilização de um rico aporte teórico que nos leva a desvendar os caminhos da Nova História e dos campos da História Cultural e Social. Nesse sentido usamos como suporte: Peter Burke (*A escrita da história: Novas Perspectivas*), José D’Assunção Barros (*O Campo da História: especialidades e abordagens*), dentre outros autores que contribuem para a compreensão dos novos métodos e da renovação historiográfica do início do século XX, e que estarão devidamente citados no corpo do texto.

Como nosso trabalho está pautado também nas ressonâncias dessas novas tendências historiográficas nos livros didáticos de História, utilizamos também a contribuição de autores que discutem os caminhos e descaminhos da história ensinada, e refletem sobre a produção e a prática desse saber histórico na sala de aula. Nos apropriamos também da revisão de alguns trabalhos que traz o livro didático como tema de pesquisa, que contribuíram e continuam contribuindo para o aprimoramento deste material e de sua utilização na prática educativa.

Neste contexto, utilizamos autores como, Circe Bittencourt (*O saber histórico na Sala de aula*), Leandro Karnal (*História na sala de aula*), Selva Guimarães (*Caminhos da História ensinada*) Jaime Pinky (*O ensino de História*) e artigo do historiador Kazumi Munakata, juntamente com os próprios livros didáticos já citados.

Contudo, o caminhar metodológico para a concretização deste trabalho está pautado em grande medida na análise bibliográfica, sendo nossa principal fonte de pesquisa os atuais livros didáticos de História consumidos em escolas da rede pública e privada de ensino. Desde já, desvendaremos caminhos deste complexo mundo humano, que requer muito além do que um único campo ou método de compreensão da História.

2. OS CAMINHOS DA NOVA HISTÓRIA: A BUSCA POR NOVAS DIMENSÕES, NOVAS ABORDAGENS E NOVOS DOMÍNIOS

“Para Bloch, a história é “a ciência dos homens no tempo” e o tempo é “o plasma em que se banham os fenômenos, lugar de sua inteligibilidade” (Bloch, 1974).

2.1- DE UMA HISTÓRIA POSITIVISTA A UMA HISTÓRIA TOTAL: UMA PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA REFLETIDA PARA SALA DE AULA

Quando perguntamos a um aluno em sala de aula, o que ele entende que seja a História, ou o que ela se põe a estudar, recebemos quase sempre a mesma resposta: a História é o estudo do passado, que estuda as coisas antigas e as pessoas importantes, e durante muitos anos se repetirmos essa pergunta continuaremos ouvindo as mesmas respostas. Mas a que se deve essa deficiência aos questionamentos mais críticos acerca do conhecimento histórico, se, a alguns anos o seu campo de pesquisa ampliou-se consideravelmente?

Os alunos ainda associam a história só ao que é passado, ao antigo, a história bibliográfica de reis, rainhas, presidentes e demais personagens políticos. Justamente pela falta de se fazer um estudo crítico, ou abordagens explicativas do conhecimento e dos novos temas que se tem pesquisado em história, como o amor, a infância, a história das vestimentas, dos costumes, da alimentação, que também têm importância na mesma dimensão que as outras histórias escritas.

O início da História remonta as primeiras práticas narrativas de Heródoto e Tucídides que viveram por volta do século V a.C. A História, termo que hoje usamos para designar esta ciência, que segundo Marc Bloch estuda os homens no tempo, e que só vem a se enaltecer como ciência de fato a partir do século XVIII, já era praticada por estes dois historiadores antigos através de narrativas que tinham por finalidade construir a memória do passado. Heródoto por sua vez ficou conhecido como “o pai da história”, enquanto Tucídides como o primeiro historiador crítico.

Apesar de considerarmos esses dois personagens como os primeiros a produzir o conhecimento histórico, o sentido da palavra História empregado por eles, não era o mesmo ao qual damos hoje para designar este termo. Veja o que diz a autora Marie Gagnebin:

Mas, nos textos de nossos primeiros “historiadores”, a palavra “história” não existe (não se encontra, fora engano, nenhuma vez na obra de Tucídides), ou, então, possui um sentido muito afastado do nosso. Pois quando Heródoto declara, nas primeiras linhas de sua obra, “Heródoto de Helicarnasso apresenta aqui os resultados

da sua investigação (*Historiès apodexis*) ...”, a palavra *historiè* não pode ser simplesmente traduzida por história. O nosso conceito implica um gênero científico bem determinado; a palavra grega *historoè* tem, nesta época e neste contexto, uma significação muito mais ampla: ela remete à palavra *histôr*, “aquele que viu, testemunhou”. (GAGNEBIN, 1997, P. 16).

Deste modo, estes historiadores, apresentavam em sua prática de produzir história, algumas divergências quanto as fontes utilizadas para construir suas narrativas. Segundo Jeanne Marie Gagnebin (1997), Heródoto está preocupado em apresentar e mostrar aquilo que ele viu ou pesquisou. Neste caso as suas principais fontes, consistem em relatos de suas próprias experiências, aquilo que ele mesmo viu, ou, daquilo que ouviu falar por outros, privilegiando então a palavra da testemunha, ou seja, a fonte oral, buscando nelas as lembranças das obras humanas para salvar e resgatar o passado do esquecimento.

Tucídides por sua vez, rejeita as tradições míticas, que segundo ele não possuem nenhuma solidez, ressalta a fragilidade da memória, afirmando possuírem falhas constantes, tornando o trabalho do historiador sempre sujeito a mudanças, ou seja, não se pode confiar nem na exatidão nem na objetividade dos relatos orais, pois além de tudo os discursos também podem ser proferidos cheios de intenções. (GAGNEBIN, 1997, P. 26).

Assim percebemos, que desde o século V a.C estes historiadores já acreditavam em maneiras distintas de se construir a história. Que enquanto Heródoto buscava nos mais diversos relatos compreender acontecimentos não só passados, mais também os mais recentes, aqueles que aconteciam em seu tempo, tomando muitas vezes ele mesmo como testemunha, Tucídides busca selecionar os fatos, construindo uma narrativa que aparece para o leitor como a única possível.

Segundo o historiador Albuquerque Jr. (2007), a história encontra-se em constante mutação, em constantes movimentos, os quais dão lugar a novos hábitos que por sua vez requerem novos posicionamentos por parte do historiador. Este que ocupa um lugar que se altera ao longo do tempo. Assim como a posição do historiador, a própria história nem sempre foi feita do mesmo jeito, vemos isso nas primeiras produções históricas com Heródoto e Tucídides e veremos também no início do século XIX com os esforços para que a história tomasse caminhos próprios se desvinculando de outras áreas a fim de tornasse uma ciência.

Assim como Heródoto e Tucídides são tomados em nosso tempo como os primeiros historiadores, tiveram e tem importância na compreensão do que temos hoje de história, o século XIX como já mencionei nos apresenta uma intensa luta e um forte debate entre aqueles que produziam história, e ainda mais, tinha a pretensão de alcançar uma objetividade historiográfica.

O primeiro historiador disposto a inserir a história no rol das ciências foi Leopold Von Ranke, considerado o “pai da história científica”. O grande ponto de partida para dar a história o caráter de ciência, era a busca da objetividade que só seria alcançada a partir de um conjunto de técnicas para a crítica documental, se estabelecendo uma metodologia que permite abordar as fontes com maior precisão levando em conta os contextos históricos e interesses que cercam os seres humanos envolvidos na produção dos documentos históricos, e até mesmo do historiador, aquele que escolhe, analisa as fontes e escreve a história.

Essa história “dita positivista” que se desenvolve ao longo do século XIX carrega consigo critérios metodológicos rigorosos de análise documental, aqui, base da escrita histórica, trazendo uma efetividade a nova historiografia deste século que se postulava positivista. Além da essencialidade da análise da autenticidade e da veracidade das fontes, na época de Ranke o verdadeiro valor histórico estava nas fontes arquivísticas, ligadas a política, a diplomacia e as instâncias institucionais.

Ficando denominada pelos futuros historiadores como um modelo de história “tradicional”, este tipo de história que se utiliza das fontes documentais de “verdadeiro valor histórico” oferece uma visão de cima dos fatos históricos, sempre se concentrando nos grandes feitos dos grandes homens, como, estadistas, generais ou eclesiásticos, uma história essencialmente política, relacionada a política de Estado, nacional e internacional. Neste modelo, ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história.

Assim como já fora mencionado, o século XIX foi o século da história. Ganhando caráter de ciência com os esforços de Ranke para dá-la a objetividade, para mostrar aos leitores os fatos, “como eles realmente aconteceram”. No entanto, considerados os avanços, eles não pararam por aí.

Nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito ao século XX o universo dos historiadores tem se expandido de forma vertiginosa, isto, graças aos questionamentos críticos que serão feitos ao tipo de história que passou a ser produzida no século XIX. Este entrave que envolve várias concepções historiográficas, que neste período consistia em críticas ferrenhas de ambos os lados aos modelos expostos e defendidos, de um lado por historiadores tradicionais e de outro pelos novos historiadores que buscavam uma variedade de novas abordagens, a fim de ampliar este campo tão vasto de saber que é a história.

Uma das grandes mudanças do século XX surge com a nova posição do homem, que deixa de ser sujeito da história, lançando-se agora como objeto de estudo desta ciência. Esta visão do homem enquanto objeto, advém das ciências sociais, a qual procura analisar o mesmo em suas relações, isto é, em suas estruturas econômicas, sociais e culturais.

É dando início a esta tradição, que surge em 1929 o movimento dos *Annales*, tendo como fundadores os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Com o surgimento dos *Annales* há uma verdadeira ruptura com o saber histórico positivo. Nesse novo fazer historiográfico, o pesquisador deixa de ser ingênuo e passa a interrogar melhor suas fontes e o seu objeto, o documento sozinho não basta mais, agora se faz necessário ler em suas entrelinhas, problematizando-os.

Ambicionava-se atingir uma história total, e assim, visando alcançar tal objetivo os historiadores dos *Annales* abriram as portas para o grande auxílio que as outras áreas de conhecimento podiam lhe fornecer, ou seja, a história agora era uma ciência, possuía métodos próprios de pesquisa, dentre elas estava a busca pelo auxílio que as outras ciências podiam lhe fornecer.

Até aqui podemos concluir que a Nova História posta pelos *Annales* traz consigo conceitos, isto é, características essenciais para um novo pensar historiográfico, tais características são:

- O rompimento com a velha história positiva de influência alemã;
- A problematização dos fatos históricos, com o conceito de história problema;
- O intercâmbio intelectual, proporcionado por uma interdisciplinaridade, entre as áreas do conhecimento;
- O conceito de durações múltiplas, sobretudo de longa duração, para constituição da estrutura que será ampliado na geração seguinte por Fernand Braudel, um dos discípulos do que alguns chamaram do “espírito dos *Annales*” e grande nome da segunda geração;
- A ampliação das fontes históricas e conseqüentemente o desbravamento da floresta do não factual. Neste sentido tudo passa a ser objeto de estudo do historiador;
- A constituição de séries para a defesa do caráter estrutural da história, através dos ciclos históricos que se repetem, para uma análise mais global;
- O conceito de história total ou global, o qual foi veemente criticado por querer englobar tudo no campo histórico e fazer análises globais;
- E por fim o método retrospectivo, ou regressivo o qual refere-se as representações intelectuais do tempo histórico;

A Nova História expressão que segundo Peter Burke (1992) ficou conhecida primeiramente na França a partir do título de uma coleção de ensaios editada pelo historiador medievalista Jacques Le Goff, e do seu auxílio em uma coleção de ensaios acerca de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”, é um novo tipo de história que também está associada ao trabalho que começou com a Escola dos *Annales*.

A expressão “Nova História” foi utilizada principalmente para definir os desenvolvimentos historiográficos ocorridos durante os anos 70 e 80, período de reação contra o paradigma tradicional de uma forma mundial, envolvendo historiadores de vários lugares. No entanto devemos destacar que várias das mudanças ocorridas na escrita da história faz parte de uma tradição mais antiga, já citada anteriormente.

Atualmente além de uma ampla discussão acerca da produção historiográfica e do papel do historiador como produtor e interlocutor desse conhecimento, uma nova discussão entra também em cena já que, com a ampliação do conhecimento histórico, de novas abordagens e novos temas é necessário também que o profissional de história, pesquisador ou professor esteja sempre se atualizando, uma vez que, seu trabalho não é apenas tratar do passado em si, mas também tratar de novos temas, agora de uma temporalidade presente, além de transmitir conhecimento a uma sociedade que está em constante movimento e mudança.

Assim além dos clássicos da história tradicional produzidos nos séculos XVII, XIII ou até antes, tanto o historiador pesquisador quanto o professor de história deve estar atento a essa nova produção historiográfica que está emergindo, atualizando-se metodologicamente e teoricamente. Visto que, o tempo no qual o historiador está inserido também integra a história e é importante tanto quanto os acontecimentos antigos. O que mudou é que o historiador não deixa mais os acontecimentos do seu presente apenas para os historiadores do futuro, ele mesmo escreve essa história, a história do tempo presente, tão importante para nós conhecermos o contexto e os acontecimentos nos quais estamos inseridos.

O século XX trouxe consigo um grande debate acerca daquilo que pode ser abordado pelo Campo da História e pelos historiadores, estes acabaram travando um intenso debate ao ampliarem seus campos de estudos para dar voz a novos sujeitos, novos temas e novos objetos antes marginalizados pela dita História Tradicional.

Não só pelas novas abordagens que davam voz a personagens e temas marginalizados, a nova história também foi muito criticada pelos historiadores tradicionais, pelos novos tipos de fontes as quais ela recorria para fazer releituras do passado e estabelecer um diálogo com seus novos objetos de estudo. Relatos orais, evidências em imagens, textos literários, registros oficiais, interrogatórios, diários, e na produção cinematográfica.

As discussões não cessam, e a historiografia continua se renovando, ampliando seus olhares, diversificando seus horizontes. Novos autores começam a alargar os horizontes da História, entrando em cena novos campos e novos tipos abordagem, sujeitos e objetos. Esta fase da história fica conhecida como a Nova História, trazendo uma variedade de novas abordagens,

de novas subespecialidades, entre estes os campos da História Social e da História Cultural, que serão objetos de análise deste trabalho.

2.2- A HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA SOCIAL

Segundo Peter Burke (1992), não é desproporcional falar da crise do paradigma tradicional, porém o novo paradigma também tem seus problemas: problemas de definição, de fontes, de método e de explicação. Os problemas de definição ocorrem porque os novos historiadores estão avançando em território ainda não familiar. Assim como fazem os exploradores de outras culturas, eles começam com uma imagem negativa daquilo que estão procurando.

A exemplo da história do Oriente que tem sido percebida pelos historiadores ocidentais como o oposto de sua própria história, ou seja, com uma imagem preconceituosa do outro que só então começa a ser refeita com obras como a de Edward Said “*Orientalismo*”. A história vista de baixo por exemplo, foi conceitualizada como a inversão da história vista de cima, como a “baixa” cultura no lugar da cultura erudita, permitindo a quebra de alguns desses pré-conceitos.

A noção de “cultura” é algo muito difícil de precisar. Uma noção ampla de cultura é central a essa nova história, o Estado, a sociedade, os grupos sociais ou até mesmo o sexo. Contudo se utilizarmos o termo no sentido amplo, temos, pelo menos que nos perguntar o que não deve ser considerado como cultura.

Mas então, o que é a história cultural? Definiremos tal dimensão segundo o autor José D’Assunção Barros:

É essa História Cultural – aqui entendida no sentido de uma História da Cultura que não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecidas – que tem atraído o interesse de historiadores dos mais diversos matizes teóricos desde o último século, inclusive no seio da historiografia marxista. Neste sentido, não estaremos utilizando a expressão “História Cultural” para nos referirmos a esta ou àquela corrente historiográfica mais recente (a “Nova História Cultural” francesa por exemplo), mas sim a toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada. (BARROS, 2011, P.56)

Temos também o campo da História Social, este muitas vezes parece estar dissolvendo-se no campo da história cultural. Alguns profissionais definem-se como novos historiadores culturais, outros como historiadores socioculturais, seja como, for o relativismo cultural sobre o escrito histórico parece ser inevitável.

Segundo José D'Assunção Barros (2011) a dimensão historiográfica mais sujeita a oscilações de significado é mesmo a História Social, categoria que desde seu surgimento no seio da Escola dos Annales teve seu significado direcionado para uma história das grandes massas ou para uma história dos grupos sociais de várias espécies.

Dentre os objetos que José D'Assunção Barros afirma, e que poderiam ser pretensamente visados por uma subespecialidade chamada História Social, estão alguns relativos as diferenças e desigualdades sociais. São eles: os critérios e práticas de exclusão social, os gêneros e as relações de gênero, as minorias, os discriminados, os excluídos, raças e etnias, os marginais, os enclausurados, dentre uma série de variedades de objetos.

A importância em mencionar esta série de objetos da História Social, está na presença de uma grande quantidade de trabalhos que apresentam esses eixos temáticos, principalmente no que diz respeito aos trabalhos do final do século XX. Alguns estarão citados com evidência no decorrer do trabalho e estão presentes como referência nas produções didáticas analisadas.

Superando os critérios de definição vemos um texto que só pode ser estudado devido as buscas que estas novas dimensões nos trouxeram, dando voz a novos personagens, um texto que aborda questões que fazem parte do dia a dia das pessoas, consideradas comuns, e colocadas à margem da história.

Um texto que nos permite perceber a importância das perguntas e dos questionamentos que fazemos, e que só podem ser feitas a partir da busca pelo conhecimento, é escrito pelo poeta, dramaturgo e encenador alemão Bertolt Brecht no século XX:

PERGUNTAS DE UM OPERÁRIO QUE LÊ

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
 Nos livros vem o nome dos reis,
 Mas foram os reis que transportaram as pedras?
 Babilónia, tantas vezes destruída,
 Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
 Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
 No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
 Foram os seus pedreiros? A grande Roma
 Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
 Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
 Só tinha palácios
 Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
 Na noite em que o mar a engoliu
 Viu afogados gritar por seus escravos.
 O jovem Alexandre conquistou as Índias
 Sozinho?
 César venceu os gauleses.
 Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
 Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
 Chorou. E ninguém mais?
 Frederico II ganhou a guerra dos sete anos

Quem mais a ganhou?
Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?
Tantas histórias
Quantas perguntas
(BRECHT, Bertolt)

Tantas histórias, quantas perguntas, onde encontram-se as respostas? Não estão elas nas novas fontes de pesquisa ampliadas pelos historiadores do século XX? Não estariam elas nos novos personagens que antes não tinham voz, mas que sempre estiveram lá presentes no tempo? Vemos então o quanto a história ganha, nesta busca por uma maior abrangência dos fatos, na busca por uma história mais totalizante.

Uma gama de historiadores renomados vem trabalhando este tipo de história que se interessa por toda e qualquer atividade humana. Este movimento originário da história francesa e da Escola dos Annales, fundada em 1929, e esse interesse por toda história deu origem a expressão “História Total”, tão debatida e criticada pelos historiadores tradicionais. Mas é este movimento que vai dar origem a notáveis avanços, como a história da infância, das mulheres, da morte, dos gestos, do corpo, dos excluídos, etc. Aqui iremos analisar como esta historiografia que já está sendo produzida a algum tempo vêm sendo discutida nos livros didáticos de História por autores filiados a estas tradições historiográficas, conhecidos por historiadores culturais e sociais.

Autores como Natalie Zemon Davis, e Edward Palmer Thompson, por exemplo, de tradições assumidamente marxistas, mas que, no entanto, conseguiram adaptar suas tradições historiográficas à nova História Cultural. Ou autores de tradições culturais como é o caso de Carlos Guinzburg ao escrever sua famosa obra “*O queijo e os vermes*”, ou a obra do francês Emmanuel Le Rou Ladurie “*Montaillou*”. Além de um novo tipo de abordagem, esses historiadores trabalham com novos tipos de fontes como a história oral e documentos inquisitoriais.

Alguns desses trabalhos da história Cultural encontram-se mesmo como referenciais nos materiais analisados. Mas a grande questão a saber, é, como e se, elas estão de fato sendo discutidas nos conteúdos dos livros didáticos? Como aplicar e contextualizar tais obras que abordam uma minoria marginalizada e alguns outros temas como a história das mulheres, a história afro-brasileira ou até mesmo as coleções de História da vida Privada que foram produzidas com uma nova perspectiva do passado, de forma significativa para o aluno. Atualmente não só os conteúdos estão sendo repensados, como também as práticas de ensino que efetivam estes conteúdos.

As constantes renovações historiográficas e alterações nas diretrizes curriculares, e alunos cada vez menos identificados com os conteúdos, que não o veem de maneira aplicável ao seu cotidiano, provocam no educador a necessidade de discussões constantes acerca da construção do conhecimento histórico e sobre os processos de contextualização e de suas aplicações ao universo dos educandos, para que eles não façam aquela frequente pergunta: Por que eu devo estudar história?

Mantendo-se com um ensino de modelo tradicional, valorizando recortes, datas civis, valorizando excessivamente os fatos do passado, uma história decorativa e acontecimental, o professor dificilmente tem levado seus alunos a uma ação reflexiva e investigadora, fazendo-lhe relacionar o ensino com a vida concreta, considerando seu universo de interesses e significações.

Analisar as produções dos livros didáticos consiste em apreender uma densa trama de saberes, referências, autores, editoras e de mercado, que por sua vez selecionam e organizam os conteúdos e maneiras de abordagens da tão importante ferramenta que é o livro didático, meio de comunicação e suporte de várias seleções culturais, as quais são transmitidas por gerações. A nova história Cultural e Social, base de formação de alguns autores dos livros didáticos vem sendo recentemente implementada nestes livros ainda de maneira muito tímida, mas já contrapondo-se ao enfoque marxista e tradicional de nossos livros didáticos.

É para discutir está, e tantas outras questões, buscando investigar de maneira mais profunda alguns meios que envolvem o nosso ensino de História, que nos propomos a realizar este trabalho. Uma vez que percebemos o distanciamento das produções e do ensino acadêmico com o ensino básico de história. Não podemos deixar de lado a importância dos cursos de licenciatura, e cabe a nós que escolhemos esta formação valorizar, repensar e refletir a prática educativa, tão importante a nossa sociedade contemporânea.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO: RENOVAÇÕES E MUDANÇAS A PARTIR DA RECEPÇÃO DA NOVA HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XX

Pensar o ensino de História não tem sido uma tarefa fácil aos pesquisadores, professores e alunos em suas práticas de ensino e cursos de graduação em História pelo Brasil. Principalmente quando o próprio campo da pesquisa histórica em geral passa por algumas mudanças de concepções teóricas e metodológicas, e mais ainda, quando estas mudanças chegam um pouco tardiamente ao Brasil, enquanto em outros países já veem sendo discutidas a alguns anos.

Ao relacionarmos o ensino de História com os aspectos teóricos da disciplina e as pesquisas historiográficas acadêmicas mais recentes, procuramos propor um recorte para nossa pesquisa onde lançamos o olhar para as coleções dos livros didáticos de História do ensino fundamental e médio e para as ressonâncias e a recepção da História Cultural e da História Social nas obras didáticas de História, aqui analisadas¹.

Não há como falar em História Social e História Cultural sem fazer referência ao movimento dos Annales, que começou em 1929 com a fundação da revista dos Annales por Marc Bloch e Lucien Febvre, e ao marco simbólico que este movimento causou entre as duas posturas historiográficas existentes, uma “Nova História” advinda com novas dimensões, temas e metodologias, à uma História tradicional com abordagens ditas Rankianas².

Neste cenário de novas pesquisas historiográficas emergem os trabalhos de alguns historiadores como dos próprios fundadores do movimento dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre, e de seus sucessores: Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Roger Chartier, Norbert Elias, Peter Burke, Carlo Ginzburg, Robert Darnton, Edward P. Thompson, Philippe Ariès, Georges Duby. Além destes, temos uma gama enorme de historiadores que dão seguimento e apoio a este novo tipo de história, servindo de base e de inspiração as gerações futuras em seus trabalhos e em suas pesquisas historiográficas, que irão compreender o mundo dos personagens e dos acontecimentos nos séculos seguintes.

No Brasil, em universidades como a USP, palco dos reflexos pioneiros das ciências sociais, abriram-se as portas para a História e para a profissionalização do historiador. Os cursos de graduação, como o da Universidade Federal Fluminense por exemplo, passaram a reformular seus currículos contemplando novos e diversos eixos temáticos. Sendo assim, nas décadas de

¹ Duas coleções, uma de ensino fundamental e outra de ensino médio estão com seus devidos recortes, detalhadamente analisadas no terceiro capítulo deste trabalho.

² Tema que já fora tratado no capítulo anterior.

1950 e 1960 as universidades brasileiras já sofriam marcante influência em seus trabalhos da História econômica e social dos Annales³.

Hoje, muitos dos historiadores e professores que se formaram durante este período, são responsáveis pela produção dos livros didáticos utilizados nas escolas de ensino público e particular do Brasil. Alguns destes autores já trabalham no campo editorial a alguns anos, os quais analisamos algumas de suas obras e um pouco de sua formação acadêmica, para que assim pudéssemos procurar observar os reflexos e ressonâncias desta nova historiografia que chega ao Brasil, assim como também a própria historiografia brasileira que começa a se desenvolver nessa época, e se ela está inserida nos trabalhos desses historiadores nos livros didáticos de História que orientam professores e alunos no ensino básico.

Alguns dos trabalhos da História Cultural e Social encontram-se logo como referências bibliográficas nos materiais analisados, e a maioria dos autores dos livros também são especialistas nestes campos historiográficos. Mas a grande questão a saber é, se de fato estes novos temas estão sendo discutidos nos conteúdos dos livros didáticos, e se estão sendo devidamente problematizados.

Discutindo o conhecimento escolar, sua transição, transmissão e suas relações com a sociedade, percebe-se a importância de focar o processo pelo qual um determinado conhecimento se escolariza, visto que a partir de então ele influencia diretamente na sociedade, que carrega consigo seus próprios referenciais culturais, influenciando também na maneira e na elaboração de determinado conhecimento⁴.

A partir das pesquisas que buscam identificar os meios pelos quais o conhecimento escolar se estabelece, como suas metodologias de ensino são formuladas, e quais os tipos de conteúdo são aplicados aos alunos, percebe-se que há uma tradição historiográfica onde o Estado se encontra como centro deste processo, cabendo a ele privilegiar determinados meios ou fontes que estivessem ligados a ele.

O livro didático por exemplo, desde o século XIX tem sido o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, utilizado nas mais variadas escolas e nas mais variadas realidades pedagógicas, sendo ele o mediador dos conteúdos a serem ensinados aos alunos, o conhecimento escolar ensinado pelo professor e as propostas oficiais expressas nos programas curriculares pelo Estado. (BITTENCOURT, 2008).

³ Hebe Castro: História Social. In: Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia. Org. Ciro Flamarion Cardoso.

⁴ Thaís Nívia de Lima e Fonseca, História e Ensino de História. Cap. 2.

Apoiado em estudos desenvolvidos por pesquisadores como Circe Bittencourt, Elza Nadai, Kátia Abud, e outros, o período pós-regime militar brasileiro foi marcado pela busca de novos rumos, e pela necessidade da disciplina de História se refazer após ter sido atacada pelo governo e utilizada como forma de levar a escola a doutrina de segurança nacional. Além disso, buscava-se resgatar a história dos estudos sociais, buscando novas perspectivas em termos de conteúdo, métodos e fundamentos, adaptando-a as necessidades de formação para a cidadania em um novo tempo democrático.

Neste sentido, refletindo sobre a relação entre texto e imagem que compõem as páginas e capítulos dos livros didáticos e mostrando a importância que este objeto tem, como transmissor de valores e ideias, Circe Bittencourt destaca:

O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa (BITENCOURT, 2008, P.72).

Segundo Nadai (2012), o surgimento da história como disciplina escolar ocorre devido ao movimento de laicização da sociedade e da constituição das nações modernas, marcado também por um estudo da genealogia e uma investigação das origens desta civilização contemporânea. Estes estudos possibilitaram a unificação de dois modelos ao ensino de história, o do século XVIII; enciclopédico, e o do século XIX; metodológico, nos séculos XX-XXI podemos citar um ensino tecnológico, inovador.

Segundo Fonseca (2011), as análises das práticas escolares pelos estudiosos da História da Educação, buscam novas dimensões para os estudos sobre as disciplinas escolares e o ensino, que a partir da década de 70 passam a buscar para estas discussões abordagens da História Cultural e de como as práticas culturais influenciam nas práticas escolares e de ensino.

Há sem dúvida uma renovação na produção historiográfica, no período que abrange o século XX onde é repensado o modelo positivista, surgindo um novo olhar do historiador sobre as fontes e os fatos históricos, desta maneira o historiador descobre-se como construtor do seu objeto de investigação, passando a ampliar cada vez mais seus horizontes de estudo. A História é agora tudo que for do interesse do historiador/pesquisador. (NADAI, 2012, P.26).

Ainda segundo Nadai (2012), ao lado das mudanças no estatuto da ciência histórica, ocorrem também mudanças nas suas aplicações na História ensinada. Amplia-se o acesso dos alunos das classes populares mais baixas à escola, mais percebe-se que os discursos das autoridades de melhoria na educação para estes alunos não são levados a diante na prática.

Ainda hoje busca-se respostas que possam melhorar os currículos escolares e o ensino de história no Brasil.

Contudo, ao estruturar-se como disciplina escolar no século XX a História tinha como caráter principal a formação e o fortalecimento da identidade nacional do povo brasileiro. Tais objetivos eram fortemente veiculados por intelectuais e educadores brasileiros que tiveram desde então suas ideias incorporadas pelos programas educacionais e desde já pelos manuais escolares. Cabia a elite e as forças dirigentes do Estado a escolha do passado a ser transmitido, e nesta escolha eram as mudanças e as concepções de evolução e fortalecimento da nacionalidade que guiava ao progresso e a civilização. As bases do patriotismo brasileiro foram erguidas então sob os conhecimentos das origens e da estrutura das instituições políticas e administrativas brasileiras.

Assim a escola e o ensino de História passam a ter grande importância na formação da identidade nacional, vista cada vez mais como competência do Estado que passa a apresentar o conhecimento histórico cada vez mais sistematizado, marcado pela presença do nacionalismo e dos elementos culturais do Estado, tornando-se então o século XX no Brasil o século da História, a história que se quer contar, a serviço da nação.

As abordagens sobre o ensino de História privilegiam mais os séculos XIX e XX, concentrando-se nas relações entre os contextos políticos existentes, nos programas de ensino e nos materiais didáticos elaborados, que a partir dos interesses do Estado visava consolidar uma identidade nacional coletiva.

No atual século XXI os livros didáticos trazem um pouco mais de detalhes da história e da cultura dos povos indígenas, dos povos africanos e da escravidão no Brasil, História essa que por muito tempo foi bastante distorcida. Estão hoje, já bem diferentes dos manuais didáticos produzidos no Brasil até o século XIX, onde inclusive eram marcados por uma forte tradição francesa, tanto pelos editores do Brasil que se baseavam nas propostas curriculares da França, por até meados dos anos de 1830 parte dos livros serem impressos em Paris, quando pela autoria das imagens que eram utilizadas para “ilustrar” o conteúdo dos livros.

O campo da História social no Brasil desde os anos de 1960 por exemplo concentrou o seu maior número de trabalhos e discussões em campos como o da História Social da família, história social do trabalho e história social do Brasil colonial e da escravidão. Dos livros didáticos analisados, em referência a estes temas que atualmente são muito pesquisados e discutidos no Brasil, encontramos em alguns, grande referência a estas temáticas que fazem parte da História do país. Contudo a História Social e Cultural alarga não só os temas referentes

a história indígena ou da escravidão, mais todos os outros temas históricos que poderão então se expandir e expandir também suas abordagens.

Trabalhando com a ideia de que a história do presente exige do historiador um novo olhar, menos simplista e mais atento, diria até mais curioso, Albuquerque Jr (2007) faz uso da rejeição as metanarrativas, que durante a modernidade tenderam em conferir totalidade a experiência histórica moderna, limitando seu olhar a um único discurso. Para este historiador, a história encontra-se em constante mutação, em constantes movimentos, os quais dão lugar a novos hábitos que por sua vez requerem novos posicionamentos por parte do profissional historiador.

Assim, muitas vezes criticada pelos historiadores tradicionais, a Nova História consiste em uma ciência atenta aos novos dizeres que as antigas e novas fontes podem proporcionar. Alguns autores e algumas obras percursoras desta nova vertente historiográfica tornaram-se bastante conhecidas, verdadeiros dicionários e modelos para outros trabalhos de pesquisa. Alguns desses trabalhos da chamada Nova História encontram-se em sua grande maioria como referenciais teóricos dos materiais didáticos analisados.

3.1- HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA: ALGUNS APONTAMENTOS

Os materiais didáticos, instrumentos de trabalho de professores e alunos em sala de aula também têm se renovado e diversificado, e são cada vez mais utilizados nas aulas de História, não só os livros didáticos, mas também filmes, jornais, revistas, músicas, mapas, pinturas, dados estatísticos, paradidáticos e muitos outros materiais que vem contribuir como suporte para o ensino e aprendizagem nas escolas.

A prática do professor deve contar com elementos de pesquisa também do próprio campo do trabalho, ou seja, da história enquanto disciplina escolar, porque, como afirma Furet, “a história, para existir como disciplina escolar, teve de sofrer várias mutações, de modo a constituir um campo do saber ao mesmo tempo intelectualmente autônomo, socialmente necessário e tecnicamente ensinável”. (NADAI, BITENCOURT, 2012, P.99).

Direcionando então a questão para o campo da História ensinada, após termos consciência da amplitude do conhecimento histórico e dos trabalhos de pesquisas realizados na academia, da modernização e do alargamento do saber histórico, resta-nos saber se tudo isso foi, ou está sendo incorporado pelos livros didáticos, visto que a grande dificuldade está na

interlocução entre a escola de ensino básico pública e privada com as pesquisas acadêmicas dos historiadores profissionais.

É comum notar-se nos cursos de graduação em História uma constante dicotomia até mesmo entre os cursos de licenciatura e bacharelado. De um lado há a defesa do ensino pedagógico, enquanto de outro defende-se o conhecimento específico, mais teórico da disciplina. Este debate acerca da formação de professores reflexivos, investigadores de sua prática não pode ser deixado de lado, principalmente pelos cursos de licenciatura, o qual é o nosso caso. Contudo os constantes debates acadêmicos acerca da renovação do ensino deixam claro que o ensino conteudístico e pedagógico devem ter igual importância, o diálogo deve ser em torno das várias formas de transformar um conteúdo específico em algo significativo para a vida social dos educandos.

É para discutir essas questões e investigar de maneira mais profunda o nosso atual ensino de História, que este trabalho vem sendo realizado. Muitos são os problemas encontrados no nosso sistema de ensino, estamos longe de resolvê-los, mas esperamos contribuir de maneira significativa para a renovação do ensino de História e o alargamento dos debates acadêmicos, para que estes saiam dos muros das universidades e do teorismo, e passem a contribuir com a prática de professores em sala de aula, e para a formação dos novos professores de História, para que estes possam desde o início de sua formação pensar sua prática enquanto professores formadores de cidadãos críticos e socialmente éticos.

Mais uma vez, devemos refletir sobre as interfaces entre saberes históricos e pedagógicos, uma vez que os livros didáticos se constituem de uma seleção cultural, de verdades a serem transmitidas por gerações, além de um meio de comunicação cuja eficácia depende de sua forma de difusão. Assim como os livros didáticos são elaborados a partir de uma seleção cultural, a escolha dos livros e outros materiais didáticos também depende da seleção feita por nossas concepções, uma vez que o mercado editorial tem uma grande publicação de livros que estão à disposição da escolha feita pelo professor e pela instituição a qual ele faz parte.

Tratar do livro didático é tratar de um objeto cultural de difícil definição, e que por isso tem tomado atenções especiais, passando ao longo da história da educação por avaliações de critérios específicos. Tomando por fonte dados das editoras, a disciplina de História é que mais apresenta um número elevado de títulos paradidáticos, uma produção que continua a crescer devido a indefinição de conteúdos propostos para o ensino fundamental e médio. (BITTENCOURT, P.300, 2004).

Segundo Circe Bittencourt, muitos apontam as deficiências dos livros didáticos em relação aos conteúdos, as lacunas, aos erros conceituais e até mesmo informativos. Muitos acabam esperando dos livros didáticos um manual completo, sem erros, falhas ou lacunas, mas o fato é que o livro possui limites, vantagens e desvantagens, e para que ele possa ser superado cada vez mais deve-se estar sempre em trabalho de renovação.

Assim, como o conhecimento histórico foi capaz de renovar-se, e a cada dia ainda se encontram novas lacunas a serem preenchidas na História, o livro didático vem conseqüentemente adaptando-se a estas mudanças, renovando seus textos e seus conteúdos. A mudança na ordem mundial também leva os próprios professores a refazerem suas práticas de ensino, e é fato que ainda no século XXI a vontade de mudança esbarra da resistência ao tradicionalismo.

4. PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DE ALGUMAS COLEÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Analisar uma coleção de livros didáticos não é uma tarefa fácil, ainda mais fazer uma breve comparação entre duas coleções escritas e organizadas por autores diferentes, que por sua vez possuem formação diferenciada e campos de atuação de trabalho e de pesquisa distintos.

Realizar tal trabalho é recair em uma rede de significados, os quais se envolvem uma trama de saber e fazer história para o ensino fundamental e médio, assim como já nos remete o próprio título da coleção para o ensino fundamental organizado por Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues. No entanto, ainda para além do Saber e Fazer, o livro didático como objeto de múltiplas facetas pode ser pesquisado como produto cultural, mercadoria ligada ao mundo editorial, suporte de conhecimentos escolares propostos pelas disciplinas e pelo Estado, e ainda como veículo de sistemas de valores, de uma ideologia e de uma cultura.

Logo, o critério essencial para a análise historiográfica de qualquer obra se encontra na identificação do lugar social do autor. A obra Saber e Fazer História editada em 2012 é de autoria conjunta de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, com quatro volumes destinados ao público de alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e consumida em escolas da rede pública e privada.

Gilberto Cotrim professor atuante nas áreas de História e Filosofia, além de formado em Direito, é um profissional de longa vivência no campo editorial de livros didáticos, todos pela editora Saraiva. É mestre em educação, arte e História da Cultura, e além de sua longa experiência no campo editorial é um educador de longa experiência e professor na rede particular de ensino.

Jaime Rodrigues é graduado e licenciado em História e Doutor em História Social do Trabalho, é atualmente professor de História na Universidade Federal de São Paulo, e ex-professor de História nas redes pública e particular de ensino. Possui publicações com temas relacionados a escravidão e tráfico de escravos, história marítima e patrimônio histórico, além de livros didáticos voltados também para o ensino médio.

Autores formados por volta da década de 1970 em diante, estão inseridos dentro de uma nova perspectiva historiográfica, que neste período começa a emergir com mais força no Brasil. A Nova História, uma herança dos primeiros trabalhos produzidos por historiadores durante a Escola dos Annales que teve suas primeiras publicações inauguradas através da revista nos anos de 1929 trouxeram uma enorme e significativa renovação para o trabalho do historiador e aquilo que se pesquisava e escrevia em História.

No entanto, ao referir-se à inserção de novos objetos e temáticas no livro didático de História, Munakata (2000, p. 288) conclui que muitas mudanças representam apenas uma tentativa de “modernizar-se” o conteúdo de acordo com as novas propostas historiográficas, mas o “fundamental permaneceu inalterado”.

É importante para nos considerarmos que o passado é um processo constante de mudança. Que a história está envolvida em um fazer orgânico sendo ela viva e mutável. Citando Karnal, “o “fazer histórico” é mutável no tempo, seu exercício pedagógico também o é. Eu diria que ensinar História é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: o do sujeito em si e da ação pedagógica”. (KARNAL, P.8, 2013).

Neste contexto, os autores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, escrevem os livros didáticos para um público de professores e alunos. Professores estes, que se encarregam de unir seus conhecimentos, suas leituras e pesquisas ao livro didático que é tomado como principal fonte na preparação das aulas que serão ministradas aos alunos, que por sua vez também o terão como principal fonte de pesquisa. Mesmo quando hoje temos acesso a diversos meios tecnológicos que nos facilitam a busca de conhecimento e a troca de informações, o livro didático continua sendo a principal referência para a pesquisa do aluno.

Ao passar a dialogar com outras disciplinas, preconceito que fora quebrado durante o século XX. A história, pesquisando e trabalhando com os acontecimentos e ações do passado que promoveram mudanças no curso da humanidade, principalmente do campo político; a antropologia com seus métodos de compreender o homem em sua totalidade cultural; e a sociologia pautada no estudo do comportamento humano em meio aos processos sociais, cada campo em sua redoma, foi possível que a História neste século XX pudesse ampliar seus horizontes através do que chamamos da prática interdisciplinar em que se buscou romper os horizontes da escrita, do documento e da neutralidade, unindo os elementos do método de pesquisa histórica aos das demais disciplinas buscando alargar a compreensão do homem no mundo e em sua relação passado/presente.

A segunda coleção de livros didáticos analisada: “História” é destinada para as séries do ensino médio, e é organizada por Ronaldo Vainfas doutor em História Social pela USP, Sheila de Castro Faria, doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Jorge Ferreira, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e Georgina dos Santos, doutora também em História Social pela Universidade de São Paulo.

É organizada em três volumes com conteúdos que vão desde o processo de hominização, passando pelos impérios da antiguidade, o mundo grego, a Idade Média,

descortinando os acontecimentos e descobertas da Idade Moderna, cobrindo um longo período histórico até chegar na História contemporânea e em nossa famosa História do Tempo presente.

Cada autor carrega consigo uma intenção particular, fruto de suas concepções de vida, de sua formação acadêmica e até mesmo mercadológica, ou seja, atendendo a anseios de editoras e escolas. Muitos desses autores, que trabalham para as grandes editoras possuem formação em um ou mais cursos superiores, com mestrado, doutorado, especializações e afins, mantendo-se ligados e acompanhando o movimento da vida acadêmica e das mudanças historiográficas.

Gilberto Cotrim por exemplo, professor de longa experiência no magistério, mas também ligado a vida acadêmica acabou se profissionalizando como autor de livros didáticos, trabalho a qual dedicou a maior parte de sua carreira. Kazumi Munakata (2000) em seu texto “Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil” faz grandes referências a este autor, uma vez que este acabou tornando-se nome de tradição nesta área.

Conhecido autor de livros didáticos de história, Cotrim enfatiza a necessidade de estar sempre atento às novidades na área de história: “Como também na História você vai percebendo as novidades temáticas: existem temas que estavam esquecidos, aí começam a ser revisitados... Eu procuro ler o que as autoridades educacionais estão pensando sobre o ensino. Isso implica você ler currículos escolares, o que o MEC está produzindo em termos de parâmetros. [...] Leio muito também, demais, o que a universidade está apontando em termos de algumas pesquisas, algumas tendências” (Munakata, 2000, p. 278).

Detendo-nos a análise dos livros didáticos, uma das primeiras questões que nos saltam os olhos ao folhearmos suas páginas são remetidas logo a partir do primeiro contato com o livro, ou seja, através da leitura visual que temos dele. Quando abrimos um livro observamos logo sua estrutura, a apresentação elaborada pelo autor, e o sumário que é um item para lá de importante pois é a partir daí que de primeira já sabemos as temáticas que o livro irá abordar e a organização da obra.

A coleção “Saber e Fazer História” de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues apresenta na abertura de cada capítulo uma imagem, acompanhada com uma legenda explicativa, esta imagem é relacionada ao tema abordado durante todo o capítulo. Os textos que seguem pelos capítulos têm linguagem clara, com o apoio de imagens, fotografias, pinturas, esculturas, mapas complementares, contextualizadas e antes de tudo explicadas com referências aos temas abordados. Além de indicações de leituras, sugestão de sites e filmes complementares que estão no final dos conteúdos de cada capítulo.

Os manuais possuem uma seção intitulada **Ler e compreender documentos**, que traz a reprodução de um documento histórico, a seção **Em questão**, que traz debates de historiadores e novidades das pesquisas históricas, a seção **Outras histórias**, que veem ampliando os assuntos com imagens, textos, reportagens e mapas, e a seção **De volta ao presente**, que vem fazendo a relação passado-presente entre os temas abordados, tal seção atende as atuais propostas curriculares que enfatizam a necessidade de conteúdos significativos e identificáveis com o meio social e com a vida cotidiana dos alunos.

Cada volume da coleção está dividido em unidades que contemplam capítulos com um tema em comum que se refere a um período histórico específico. No entanto, apesar de sua forma de apresentação inúmeras abordagens podem estar presentes nos textos e na prática do professor no cotidiano da sala de aula.

O plano geral da obra “ História” organizada por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, coleção composta de três volumes destinados as séries do ensino médio, é organizada com base em critérios simultaneamente cronológicos e temáticos, característica própria das coleções didáticas. No início de cada unidade o autor traz uma epígrafe e uma ilustração alusiva a algum dos temas-chave da unidade e um breve elenco de seus temas centrais.

A abertura de cada capítulo apresenta a reprodução de uma imagem relacionada a algum tema central do capítulo e um breve texto de introdução relacionado ao tema. O livro ainda contém diversos boxes complementares: Mundo cruzado, que traz alguns paralelos entre a sociedade ou processo examinado no capítulo com outros da mesma época; Conversa de Historiador, dedicado a resumir a polêmica historiográfica de certos temas ou conceitos com alusão explícita a historiadores específicos ou autores da época. Trazendo aqui a critério de exemplo, um dos questionamentos está no box: “Contrarreforma ou Reforma católica? ”, com texto explicativo do autor Michael Mullet. Vejamos o que foi discutido na figura 1.

Figura 1 – Box que aborda polemicas historiográficas, explicitando pontos de vista diferentes sobre alguns dos temas ou conceitos estudados.

CONVERSA DE HISTORIADOR

Contrarreforma ou Reforma católica?

A Contrarreforma resistiu a qualquer hipótese de aproximação do sacerdote e do leigo, como poderia ter feito, por exemplo, se eliminasse a regra do celibato (...). Na nova era da Igreja, o sacerdote seria diferenciado pela sua preparação profissional e pelo desempenho dos seus deveres como uma missão. O sacerdócio era mais do que nunca considerado uma vocação.

(...) Os padres deveriam ser diferentes dos leigos por seu comportamento: graves, reservados, acessíveis, mas não afáveis, levando suas vidas sem sexo e, como instituíam as instruções regulares dos bispos, mantendo-se longe das tabernas e botequins (...). O latim, e apenas o latim, seria a linguagem do culto da Igreja.

(MULLET, Michael. *A Contrarreforma*. Lisboa: Gradiva, 1985. p. 27-30.)

- Em que sentido o texto citado confirma a ideia da Contrarreforma como um projeto de reforma do próprio catolicismo?

261

Fonte - VAINFAS, Ronaldo (org.). História, Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

O box Documento, dedica-se a transcrição de fonte documental objetivando desenvolver a análise crítica do aluno na construção do conhecimento; e o box outra dimensão destina-se a complementar a temática central do capítulo com desdobramentos de seis tipos: cotidiano, cultura, cultura material, economia, resistência e personagens.

Buscando identificar na escrita dos autores através das abordagens contempladas em alguns de seus temas presentes nos capítulos dos livros, tais como a presença de conceitos ou de novas abordagens historiográficas, seja com a presença de novas temáticas ou de sujeitos antes silenciados, que a partir de revolução historiográfica, da produção de uma chamada Nova História, possibilitou o fazer historiográfico dessas diversas abordagens pelos historiadores que multiplicaram seu campo de trabalho configuramos nosso trabalho de análise.

Partindo de início aos capítulos introdutórios sobre a História, os quais estão contemplados sempre nas primeiras páginas dos livros, mais especificamente no primeiro volume para o ensino fundamental e no primeiro volume para o ensino médio, podemos identificar desde então como os autores se propõem a realizar tal abordagem que é tão importante para a familiarização do aluno com o fazer da história e do trabalho do historiador, bem como seu verdadeiro sentido e importância para a vida.

Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues propõem uma abordagem mais teórica trazendo para a primeira unidade do livro o tema TEMPO E HISTÓRIA, e como subtema do capítulo

HISTÓRIA REFLEXÃO E AÇÃO, apresentando uma breve reflexão sobre o conhecimento Histórico, o que é, e como é produzido. Em sua elaboração os autores tomaram por referência historiadores como Marc Bloch e sua obra *Apologia da História ou o ofício do historiador*, Jacques Le Goff “*História e memória*” e Edward P. Thompson “*Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*”, autores representantes de uma geração de historiadores preocupados em dar respostas as novas demandas e questões surgidas no tempo presente. Marc Bloch que aparece como fundador da escola dos Annales em 1929, nos traz a noção de que História é a ciência dos homens no tempo, qualquer tempo, inclusive o nosso. Nesse sentido observamos com frequência nos livros de Gilberto Cotrim a relação história passado/presente, assim como representado na figura 2.

Figura 2: Abertura de capítulo e box que apresentam imagem com legenda e um texto que aborda a relação histórica entre passado e presente.



Fonte: RODRIGUES, Jaime; COTRIM, Gilberto. Saber e fazer história, 6º ano. – 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Mostra logo uma concepção extremamente importante a ser abordada em sala de aula, de que a história não é apenas o estudo do passado ou do antigo, mas também do tempo presente, de ações e acontecimentos que fazem parte inclusive da vida dos próprios alunos e professores. E é fruto de sua experiência, que os autores problematizam frequentes perguntas feitas por alguns alunos em seu desconhecimento acerca da História: para que entender as vivências humanas em determinada época ou momento histórico? Ou simplesmente para que estudar História?

Exemplificando a partir do nosso próprio país e do fenômeno de intensa desigualdade social que vivenciamos, os autores ressaltam como o estudo da História do Brasil pode ampliar nossa consciência sobre as razões e as origens dessa desigualdade. É o processo de formação da nossa consciência histórica importante para o exercício da nossa cidadania. Ressalta Cotrim nas páginas de seu livro:

Portanto, o estudo da História pode despertar a consciência de cada um de nós para a tarefa de construir uma sociedade mais justa, com menos desigualdade entre as pessoas, independentemente de idade, sexo, origem social, cor da pele e religião. A consciência histórica torna-se então um instrumento de **cidadania**. (COTRIM, P.12, 2012, grifo do autor).

Ainda nesta primeira parte onde aborda-se a noção de História e tempo histórico, traz para estudos as concepções de fontes históricas, do trabalho e das limitações dos historiadores, fazendo uma breve discussão sobre as periodizações históricas mais conhecidas e sobre as críticas referentes a ambas, à Pré-História e a História, e aos períodos que subdividem os marcos e acontecimentos históricos como um todo: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, e Idade Contemporânea.

A coleção “HISTÓRIA” organizada por Ronaldo Vainfas, apresenta no primeiro capítulo do livro destinado ao primeiro ano do ensino médio um outro caminho para o estudo introdutório da História. Parte de como a História começou, ou seja, a partir da Pré-História, conceito dado para denominar o período anterior ao surgimento da escrita. Ronaldo Vainfas não o usa apenas para enquadrar a chamada era primitiva, a formação da humanidade a partir dos primeiros hominídeos, povos que não possuíam escrita, mas problematiza o termo, assim como este já fora reelaborado e refletido por arqueólogos e historiadores, discussões que permitiram compreender que a pré-história não é o termo mais adequado para definir os acontecimentos que marcaram a história antes da escrita, pois apesar de viver sem escrita, não deixaram de produzir cultura e de fazer história.

Tomando como base, todo o conhecimento que também foi adquirido ao longo do curso de graduação em História, o qual permeamos por uma rede de leituras, conteúdos, autores

e conceitos da História, que nos ajudaram a construir um conhecimento mais elaborado e sobre algumas vertentes das diversas temáticas e conteúdos que estão lá, presentes nos livros didáticos, prontos para serem alcançados por nós e discutidos da melhor maneira possível ao público de alunos do ensino fundamental e médio, busco identificar o que de novo, a luz na Nova História e das novas discussões historiográficas conseguimos encontrar em alguns conteúdos presentes nos livros escolhidos para análise.

No volume destinado ao sexto ano do ensino fundamental de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues tem como base de articulação de seus conteúdos a estrutura política das sociedades, a formação dos Estados, o poder político, a economia, a religião e as grandes transformações ocorridas pelas guerras e revoluções. Apresentam as sociedades divididas em classes sociais e ainda que timidamente um pouco da cultura das sociedades muito voltada também aos aspectos materiais.

O capítulo quatro por exemplo, que fala da formação das sociedades mesopotâmicas, e o capítulo cinco que trata do Egito Antigo apresentam em sua narrativa temas tradicionais e elementos centrais no estudo da antiguidade, assim como as ocupações territoriais, a formações das aldeias e cidades, a formação dos grandes impérios, da monarquia real, das leis, e do surgimento da escrita. Ponto interessante é a análise comparativa PASSADO\PRESENTE que segue no final de cada capítulo, neste caso comparando e mostrando a distinção das escolas atuais, dos modelos de escolas que existiam na antiga mesopotâmia. Como já mostrado em imagens anteriores, este box “De volta ao presente” está inserido e discutido ao fim de cada capítulo.

Neste primeiro volume, que aborda temas que vão da Idade Antiga até a Idade Média, poucos são os temas que se referem aos novos saberes do campo da História. Fala-se pouco da História das mulheres durante esta periodização, ou de questões do cotidiano, das crianças, das minorias que por sua vez são tratados não como personagens ativos nas mudanças históricas, mas como uma classe dominada que exercia determinada tarefa em função de ordens superiores ou para sua subsistência, tema como o da morte por exemplo, é tratado apenas nos conteúdos referentes ao Egito onde tal se destacava por seus ritos de mumificação e suas crenças religiosas.

Um traço importante a ser ressaltado quando nos referimos a esta periodização, nos remete as fontes dispostas para o estudo deste período. Em sua maioria os documentos tratam da História política, das conquistas, dos grandes feitos e dos acontecimentos de destaque político dos grandes reinos e impérios. No entanto, as últimas décadas do século XX, foram de intensificação de pesquisas em História Antiga inclusive pelos historiadores brasileiros, além das pesquisas arqueológicas que fizeram grandes e novas descobertas, que juntos de ciências

como a antropologia e a própria história puderam vir a interpretar novos fatos desta História. Destaca Pedro Paulo Funari:

“A História, em especial a Antiga, não se faz apenas com documentos escritos, mas também com a cultura material, como o estudo arqueológico de edifícios, estátuas, cerâmica, pintura, entre outras categorias de artefatos.” (FUNARI, 2013, P. 96).

Assim como muitos temas surgem também em grande parte da atualidade, o das mulheres por exemplo tem ganhado espaço de estudo nos vários períodos da História, pondo em evidencia suas atuações na vida social, suas resistências e nuances. Segundo Funari (2013) “As mulheres egípcias, com sua grande importância, constituem um grande tema, Nefertiti e Cleópatra como instigadoras de um estudo crítico do papel da mulher e das relações de gênero na sociedade.

Na coleção Saber e Fazer História do 6º ano, em toda extensão do capítulo referente aos temas do Antigo Egito não se apresenta temas referentes as mulheres egípcias. Aparece apenas uma pouca menção as mulheres no reino do Cuxe por exemplo, algumas que exerciam importante papel na sociedade cuxita ocupando posição de poder e prestígio na sociedade, mencionando o nome de algumas que exerciam até papéis de sacerdotisas, Amenirdis I, Chepempet II e Armenidís II.

No volume do 9º ano, as mulheres despontam com maior frequência, quando se trata da história política ensinada, aparecem muitas protagonistas nas lutas sociais e culturais políticas, mesmo quando os papéis principais da trama desta história é destinada aos homens. Vejamos um pouco do que aparece através das figuras 3 e 4.

Figura 3 – Comício feminino em apoio a candidatura de Natércia Cunha da Silveira, em 1933, à direita. Construção da relação entre o passado e o presente e fortalecimento das noções de cidadania e participação social feminina através do voto a esquerda.



Fonte : RODRIGUES, Jaime; COTRIM, Gilberto. Saber e fazer história. 9º ano. – 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Figura 4 – Luta feminina pelo voto no Brasil.

OUTRAS HISTÓRIAS

O voto feminino

O direito de voto foi estendido a todas as mulheres do país, sem restrições, em 1934. Mas a luta pelo voto feminino no Brasil é antiga. O assunto já era discutido no final do século XIX, quando algumas mulheres consideravam que deveriam participar, por exemplo, das eleições municipais.

No começo do século XX, algumas organizações fundadas por mulheres retomaram a causa e procuraram meios de lutar pela participação nas eleições. Um exemplo foi a criação, em 1922, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), como você viu no capítulo 2. Além disso, ainda na década de 1920 foi realizado o Primeiro Congresso Internacional Feminista, em que se determinou a criação da Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino.

Em 1927, as mulheres do Rio Grande do Norte puderam votar pela primeira vez. Posteriormente, o Código Eleitoral Provisório de 1932 autorizava o voto feminino no Brasil, porém com inúmeras restrições: o direito de votar se estendia somente às mulheres casadas e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria.

Atividade

- Entre as mulheres que participaram da vida política brasileira a partir da década de 1930 estavam Bertha Lutz (na fotografia) e Antonieta de Barros (1901-1952). Professora, Antonieta foi a primeira deputada estadual negra do Brasil. Ela se elegeu em 1934, pelo Partido Liberal Catarinense, exercendo o cargo até 1937.
- Faça uma pesquisa em livros, revistas e na internet a respeito de outras mulheres que participaram da política brasileira na década de 1930. Escolha uma delas e produza uma pequena biografia, relacionando a trajetória da mulher escolhida ao contexto político do período abordado neste capítulo.

Bertha Lutz (1894-1976), bióloga, é considerada uma das figuras mais importantes na história das lutas femininas no Brasil. Foi a fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e coordenou diversos congressos realizados pela organização nas décadas de 1920 e 1930.

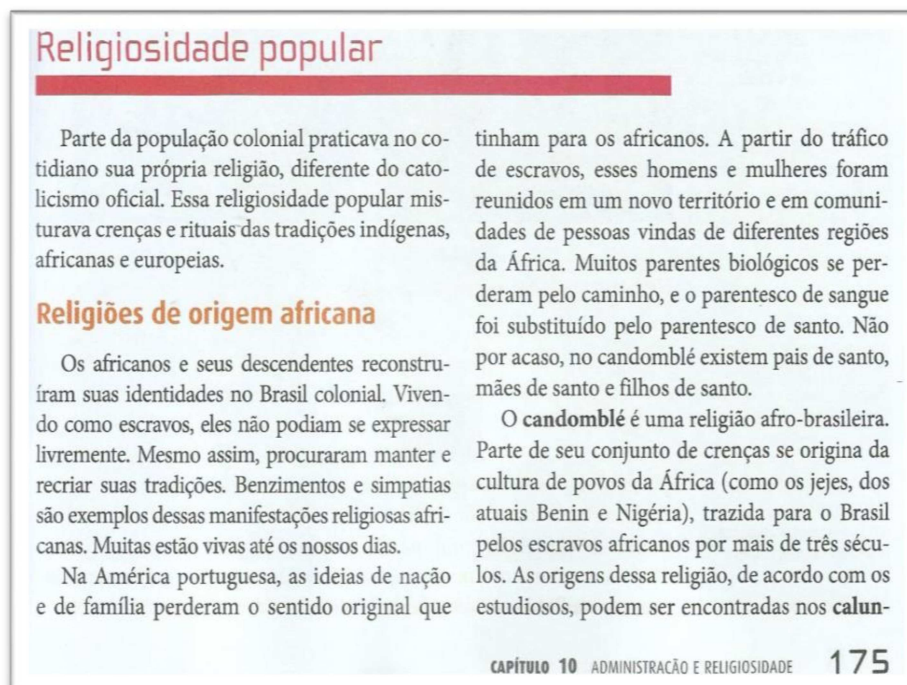
148 UNIDADE 4 A ERA VARGAS

Fonte: RODRIGUES, Jaime; COTRIM, Gilberto. Saber e fazer história, 9º ano. – 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Uma temática também atual, discutida em todos os conteúdos deste volume é a religiosidade. Nos livros de Cotrim observamos a referência as antigas religiões egípcias, grega, as práticas politeístas e antropomórficas, e seus vários deuses. Das religiões antigas até o cristianismo predominante durante a Idade Média, destaca-se das formas de religiosidade e do poder temporal mantido pela igreja católica até os ritos populares mantidos pela população de forma proibida pelas autoridades dominantes.

O atual estudo que se faz da religiosidade predominante pode acabar levando ao estudo de outras formas de manifestações religiosas, mesmo que estas não estejam presentes nos livros didáticos, instigando os alunos a refletirem cada vez mais sobre a historicidade das multiplicidades das atuais religiões. É o caso do islamismo, do judaísmo, e das religiões de origem africana e indígena, estas duas últimas que aparecem em um capítulo dedicado a religiosidade popular, com ênfase em alguns conceitos que muitas vezes são pensados pelo desconhecimento de forma pejorativa, a leitura de Cotrim também destaca a forte presença feminina nas religiões de origem afro, e ainda aponta para questões de violência e tolerância religiosa, como presente nas figuras 5 e 6.

Figura 5 – A religiosidade popular tratada no livro didático de História.



Fonte: RODRIGUES, Jaime; COTRIM, Gilberto. Saber e fazer história 7º ano. – 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Figura 6: A religiosidade popular e sua relação passado e presente.



Fonte: RODRIGUES, Jaime; COTRIM, Gilberto. Saber e fazer história 7º ano. – 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

É fato que a narrativa histórica dos livros didáticos não pode deixar de lado os grandes acontecimentos, que permitem a nós e nossos alunos interpretarem a sociedade contemporânea. Assim como os temas tradicionais não devem deixar de ser ensinados, os novos temas devem ser articulados a eles, complementando, aperfeiçoando cada vez mais o saber e a compreensão de nossa historicidade.

Partindo para o segundo volume referente ao 7º ano com conteúdos que abordam a Idade Moderna e a História do Brasil Colônia, observamos nas referências utilizadas pelos autores uma historiografia bastante contemporânea e muito ampla. Conteúdos da Idade Moderna por exemplo, como, renascimento e humanismo, as artes e os pintores renascentistas, as ciências, as reformas religiosas, as crenças e a cultura popular, nos permite encontrar uma vasta historiografia em que estão presentes novos temas e sujeitos históricos, tipos dessa nova historiografia do século XX.

O livro rico em imagens, nos apresenta nos conteúdos sobre a arte renascentista, várias obras dos artistas mais conhecidos, como Rafael Sanzio, Leonardo Da Vinci, Ticiano e Michelangelo Buonarotti. Mas será que entre os artistas renascentistas não haviam mulheres? E se haviam, eram reconhecidas? Como eram tratadas? Muitos trabalhos historiográficos, artigos e pesquisas de pós-graduação já nos mostram a existência de mulheres pintoras

renascentistas que se destacaram por sua arte, tais como, Lavínia Fontana, Artemisia Gentileschi, Josefa de Óbidos, Sofonisba Anguissola e muitas outras com obras conhecidas e admiradas por críticos e pintores do seu tempo.

Da mesma maneira a coleção de Ronaldo Vainfas, em relação a arte renascentista não aborda a existência das mulheres artistas. Embora, apresente o conteúdo com uma riqueza de detalhes e imagens, trazendo muitos outros conhecimentos acerca do período estudado, uma verdadeira amplitude dos movimentos que em seu conjunto deram a essência do renascimento.

Os historiadores do século XIX, porem deram maior amplitude a esse conceito, incluindo a literatura, a filosofia e a ciência e definindo o renascimento como um momento especial na história do Ocidente. Foi destacado o aspecto laico da cultura renascentista, a busca do indivíduo, o humanismo. Em resumo, o renascimento poderia ser definido como um despertar do humanismo, entendido filosoficamente como a crença nas possibilidades criativas do ser humano, em contraste com o teocentrismo defendido pela igreja, ou seja, a ideia de que Deus ocupada o centro do mundo. (VAINFAS, 2010. P. 230)

Nas referências usadas para a construção da narrativa dos livros didáticos sobre a Idade Moderna, estão autores como, Jean Delumeau, Philippe Ariès, Peter Burke e Carlo Ginzburg. Lendo sobre a Inquisição por exemplo, à vemos apenas como forma de dominação da Igreja católica sobre qualquer forma de heresia, não vemos por exemplo casos de minorias, ou personagens que foram condenados, e perseguidos pela inquisição como é o caso do moleiro Menocchio personagem do livro de Carlo Ginzburg *O Queijo e os Vermes*.

Temas como o das mulheres, do medo, amor, a infância, vida privada, loucura, sexualidade, personagens como os velhos, camponeses, mendigos são silenciados encontrando pouco espaço nos livros, mas alguns destes já aparecem na coleção “HISTÓRIA”.

No entanto o professor pode trazer estas abordagens para sala de aula, ler curiosidades, trechos de obras para os alunos, aumentando a visão reflexiva dos discentes, com informações, documentários, textos, mesmo que pequenos fragmentos de livros, como *História da Vida Privada, ou História Social da Criança e da Família* de Philippe Ariès, e outras obras que abordam estas temáticas, e que estão citadas na própria bibliografia dos livros, e que fazem parte do referencial historiográfico utilizado pelos autores. Despertando novos temas e conhecimentos para além do que está nos livros didáticos, este exercício pode despertar a prática e o interesse por novas leituras.

A coleção História, organizada por Ronaldo Vainfas e os demais autores já citados, aborda a mulher com mais frequência em alguns capítulos, pelo menos quando no capítulo

“Outono Medieval” aborda a figura lendária de Joana d’Arc, sua história e luta liderando os camponeses franceses em várias batalhas.

No capítulo “As várias Áfricas”, e como demonstrado na figura 7, as rígidas divisões de trabalho dos povos sudaneses põem a mulher em destaque na realização de algumas atividades como o comércio ambulante de alimentos e outros quitutes, inclusive herança que permeou também no Brasil, as chamadas mulheres quitandeiras, mulheres africanas escravas e descendente de escravos.

Figura 7: Representação das mulheres africanas no comércio



Fonte: VAINFAS, Ronaldo (org.). História, Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2010.

A coleção articula temas da História do Brasil e da História Geral apresentadas a partir de uma abordagem cronológica. A História do Brasil possui grande destaque por parte do autor encontrando-se em todos os volumes, da mesma maneira a História da África é tratada com destaque e sua História não é tratada apenas como cenário da escravidão. Nos conteúdos são abordados aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, com foco na vida pública mais apresentando alguns aspectos também da vida privada, articulando diversas contribuições da historiografia mais recente e do ensino de história.

Percebo assim, que os grandes clássicos da historiografia contemporânea estão presentes em todas as coleções analisadas, assim como observamos presente as obras de Eric Hobsbawm, Marc Ferro, Robert Darnton, Michelle Perrot, João José Reis, José Murilo de Carvalho, dentre outros historiadores que trabalham dentro dos parâmetros de uma Nova História, e que podem ajudar os professores do ensino básico de História a complementar e discutir temas que não estão presentes nos livros didáticos e que achem ser importantes para a formação social e cultural do seu alunado.

Podemos notar que a maioria dos autores são historiadores especializados no campo da História Social, alguns deles trabalham ou já trabalharam com a prática de ensino em series do ensino fundamental ao médio, em escolas da rede pública ou privada.

Assim como houveram mudanças significativas, no alargamento dos horizontes da História, primeiramente as problematizações de conceitos pré-estabelecidos e de algumas periodizações, encontramos nos livros didáticos analisados a desconstrução de alguns termos como a famosa afirmação da Idade Média ser a Idade das trevas e da escuridão, e também a precisão de datas e linearidade dos fatos e acontecimentos.

Observamos também sempre a menção as fontes usadas pelos historiadores, representadas nos livros através de imagens, alguns documentos, jornais, pinturas, charges, fotografias, e etc. Há sempre textos complementares e atividades mais reflexivas antes das atividades e dos exercícios sistemáticos.

Contudo, analisar as coleções de livros didáticos dispostas no mercado atualmente com ênfase nas ressonâncias da nova historiografia, nos faz observar que mesmo ainda de maneira tímida, o conhecimento histórico e os conteúdos dos livros estão sendo reestruturados e atualizados, emergindo novos sujeitos antes anônimos, novas histórias antes descategorizadas. Os autores refletem acerca das novas contribuições historiográficas, das novas temáticas a partir de trabalhos já produzidos, das novas abordagens em sala de aula, do uso de conceitos dispostos nos livros didático, uma vez que este é o “manual” de trabalho do professor e de pesquisa dos alunos e muitas vezes o único.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente além de uma ampla discussão acerca da produção historiográfica e do papel do historiador como produtor e interlocutor desse conhecimento, uma nova discussão entra em cena, já que, com a ampliação do conhecimento histórico, de novas abordagens e novos temas é necessário também que o historiador e professor de história esteja sempre se atualizando, visto que, seu trabalho não é apenas tratar do passado em si, mais também tratar de novos temas do tempo presente, além de transmitir conhecimento a uma sociedade que está em constante movimento e mudança. Assim além dos clássicos da história tradicional produzida nos séculos XVII, XIII, XIX, o historiador deve estar atento a essa nova produção historiográfica que está emergindo, atualizando-se metodológica e teoricamente.

Como mercadoria os livros didáticos atendem a uma norma padrão estabelecida pelo mercado, envolvendo uma densa trama de saberes de referência, autores e editoras, além dos projetos escolares e do Estado, compradores e leitores finais, professores e alunos do ensino fundamental e médio. Tal produção nasce a partir de distintas visões acerca da cultura e da perspectiva histórica. De tal maneira podemos observar em cada livro as filiações e formações acadêmicas de seus autores.

Notamos que a maioria dos autores são historiadores especializados no campo da História Social, alguns deles trabalham ou já trabalharam com prática de ensino em series do ensino fundamental ao médio, em escolas da rede pública ou privada.

Assim como houveram mudanças significativas, no alargamento dos horizontes da História, primeiramente as problematizações de conceitos pré-estabelecidos e de algumas periodizações, encontramos nos livros didáticos analisados a desconstrução de alguns termos que foram revistos e repensados pela nova produção historiográfica.

Observamos nos livros didáticos sempre a menção as fontes usadas pelos historiadores, representadas nos livros através de imagens, alguns documentos, jornais, pinturas, charges, fotografias, e etc. Há sempre textos complementares e atividades mais reflexivas antes das atividades e exercícios de múltipla escolha.

Porém, o livro didático não atua sozinho ele serve apenas como um norte para o professor, assim como é para o aluno. O professor pode trabalhar em conjunto também com outros professores, e ele mesmo pode problematizar as verdades, datas, conceitos e fatos pré-estabelecidos pelos livros, organizar debates, leituras e oficinas, usar as indicações dos próprios livros para enriquecer suas aulas, e ainda buscar nos temas já citados referentes a História Social e a História Cultural, estes que estão mais próximas das várias realidades, dos costumes e do

cotidianos dos alunos, uma forma de promover pesquisas e despertar o interesse e a curiosidade dos educandos.

Destacamos a importância do exercício de análise das coleções de livros didáticos disponíveis no mercado. Fazer esta análise a luz da percepção das novas ressonâncias historiográficas, nos faz perceber o quanto o conhecimento acadêmico está ligado e a serviço do ensino de história, mas que não é percebido como tal.

Concluimos por fim que a produção dos livros didáticos, e a prática dos professores de ensino fundamental e médio, estão quase que totalmente condicionados ao que se produz, ao que se lê, ao que se estuda, e é tomado como referência na academia. Deste modo, só confirmamos o quanto o trabalho reflexivo é importante, lê nos faz identificar a maneira mais correta de transpor os nossos conhecimentos, e isto não é algo que para aqui, o trabalho reflexivo é contínuo, pois nosso dever enquanto professores é estarmos sempre em busca de novas práticas, de melhorias para o ensino.

6. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. História: a arte de inventar o passado (cap.2). In. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** Bauru: Edusc,2007, p.53-64.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.
- BURKE, Peter (ORG). **A escrita da história: Novas Perspectivas.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- FONSECA, Selma Guimarães. **Caminhos da História Ensinada.** Campus, Papirus, 1993.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **A história do ensino de história: objeto, fontes e historiografia (cap. 1) & A história do ensino de história no Brasil: tendências (cap. 2)** In.:_____. História & ensino de História. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 15 – 36.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **O início da História e as lágrimas de Tucídides.** In.:_____. Sete aulas sobre linguagem, memória e história. Rio de janeiro: Imago, 1997, p. 15-48.
- MUNAKATA, Kazumi. **História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil.** In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2000.
- NADAI, Elza. **O ensino de história e a “pedagogia do cidadão”.** In.:_____. PINSKY, Jaime (org.) O ensino de história e a criação do fato. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 23-28.
- KARNAL, Leandro (ORG). **História em Sala de aula. Conceitos, práticas e Propostas.** São Paulo: Contexto, 2012.
- PINSKY, Jaime. **O Ensino de História.** Campinas: Contexto, 2013.
- RODRIGUES, Jaime; COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer história, 6º, 7º, 8º e 9º ano.** – 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **História, Vol. 1, 2, 3.** São Paulo: Saraiva, 2010.